REGISTRO DOS RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE

EIXO 01: TEMA POLÍTICA DE HABITAÇÃO

PROPOSTA UNIÃO
Ampliar o volume de crédito habitacional com expansão das linhas de crédito voltadas à habitação de interesse social, incluindo nos programas, projetos que desestimulem a segregação por condomínios, ampliem as oportunidades para os povos indígenas, promovam a revitalização de áreas desocupadas, além de implementar processos e operações mais desburocratizadas.
PROPOSTAS PARA O ESTADO
Ampliar o volume de crédito habitacional com expansão das linhas de crédito voltadas à habitação de interesse social, incluindo nos programas, projetos que desestimulem a segregação por condomínios, ampliem as oportunidades para os povos indígenas, promovam a revitalização de áreas desocupadas, além de implementar processos e operações mais desburocratizadas. Garantir infraestrutura básica (água, energia, esgoto e lixo) nas áreas de moradia popular. Fomentar a pavimentação e a acessibilidade urbana nas regiões periféricas. Apoiar os municípios com recursos e parcerias para obras de urbanização. Promover projetos de educação urbana e ambiental contínua, fortalecendo a cidadania e o uso consciente do espaço urbano, com a participação ativa da Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e sociedade civil organizada. Apoiar e financiar iniciativas culturais locais com acesso democrático e valorização das identidades comunitárias. Criar espaços educativos e culturais em áreas vulneráveis, integrando arte, memória e participação social. Realizar mapeamento contínuo das áreas com maior déficit habitacional e vulnerabilidade social. Implementar ações de desenvolvimento econômico local para gerar emprego e renda nas regiões com déficit habitacional. Implementar programa que subsidie reformas ou novas unidades para famílias que residem em área de risco em terreno próprio.
PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO
Ampliar o volume de crédito habitacional com expansão das linhas de crédito voltadas à habitação de interesse social, incluindo nos programas, projetos que desestimulem a segregação por condomínios, ampliem as oportunidades para os povos indígenas, promovam a revitalização de áreas desocupadas, além de implementar processos e operações mais desburocratizadas.

Garantir infraestrutura básica (água, energia, esgoto e lixo) nas áreas de moradia popular. Fomentar a pavimentação e a acessibilidade urbana nas regiões periféricas.

Promover projetos de educação urbana e ambiental contínua, fortalecendo a cidadania e o uso consciente do espaço urbano, com a participação ativa da Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e sociedade civil organizada.

Apoiar e financiar iniciativas culturais locais com acesso democrático e valorização das identidades comunitárias.

Criar espaços educativos e culturais em áreas vulneráveis, integrando arte, memória e participação social.

Realizar mapeamento contínuo das áreas com maior déficit habitacional e vulnerabilidade social.

Implementar ações de desenvolvimento econômico local para gerar emprego e renda nas regiões com déficit habitacional.

Implementar programa que subsidie reformas ou novas unidades para famílias que residem em área de risco em terreno próprio.

EIXO 01: TEMA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

PROPOSTA UNIÃO
Desburocratizar processos de cessão de áreas subutilizadas pela União, facilitando seu uso pelos municípios para projetos de habitação e desenvolvimento urbano, promovendo a revitalização dessas áreas com a participação das comunidades locais e o apoio técnico das prefeituras.
PROPOSTAS PARA O ESTADO
Promover a articulação entre os governos federal, estadual e municipal, criando um mecanismo único para a transferência de imóveis do Estado para execução de projetos urbanos.
PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO
Realizar levantamentos contínuos das áreas subutilizadas pela União, e Estado. Elaborar projetos de regularização focados em habitação, infraestrutura e espaços públicos. Estabelecer processo simplificado e transparente para a cessão de áreas do município, com apoio técnico e jurídico.

EIXO 01: TEMA POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO

PROPOSTA UNIÃO
Ampliar os recursos destinados à implantação de saneamento básico, garantindo que as metas do ODS 6 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6) sejam cumpridas até 2030.
PROPOSTAS PARA O ESTADO
Ampliar a participação da concessionária no apoio aos municípios para a implementação e gestão de sistemas de saneamento básico, incluindo fornecimento de água potável, tratamento de esgoto e manejo de resíduos sólidos. Fomentar parcerias estratégicas para otimizar os recursos e melhorar a eficiência na operação desses serviços essenciais, garantindo acesso universal e de qualidade para todas as comunidades. Fortalecer o suporte técnico e financeiro da concessionária para a expansão e manutenção das infraestruturas, com foco nas áreas de maior vulnerabilidade social e nas zonas rurais. Fomentar parcerias entre o município, governos estaduais e a concessionária de saneamento para implementar soluções de infraestrutura nas comunidades de maior vulnerabilidade social. Ampliar repasse de recursos para implementar a política pública.
PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO
Propor, através do município, a regularização hidrossanitária das áreas de interesse social, garantindo acesso adequado a serviços essenciais como água potável, esgoto tratado e manejo de resíduos sólidos, através de projetos padrões. Criar ecopontos em diversas regiões da cidade para promover a troca de resíduos sólidos recicláveis por mercadorias, incentivando a reciclagem e o consumo responsável. Realizar o desassoreamento completo das bacias hidrográficas do município, visando melhorar a qualidade da água, aumentar a capacidade de escoamento e prevenir enchentes. Implementar um plano contínuo de manutenção das bacias, com o monitoramento e remoção de sedimentos e detritos, promovendo a recuperação ambiental e a preservação dos recursos hídricos. Estabelecer parcerias com órgãos ambientais e entidades locais para garantir que as intervenções no desassoreamento respeitem os princípios da sustentabilidade e a biodiversidade das áreas afetadas. Estabelecer um pacto contínuo no Município para a implementação das propostas de infraestrutura urbana e saneamento básico.

EIXO 01: TEMA POLÍTICA DE MOBILIDADE URBANA

PROPOSTA UNIÃO
Promover estudo contínuo e a implementação de novas ferramentas de mobilidade urbana e interestaduais (trem de média e alta velocidade, metrô, transportes aéreos regionais), bem como, soluções de infraestrutura nos entroncamentos entre rodovias federais e estradas municipais, com foco em pontos críticos, incluindo a construção de obras de arte (viadutos), envolvendo a colaboração ativa dos Ministérios da Infraestrutura e viabilizando economicamente os projetos municipais.
PROPOSTAS PARA O ESTADO
Estabelecer mecanismos de financiamento estadual para apoiar ações de mobilidade urbana nos municípios, priorizando projetos que promovam acessibilidade, integração dos modais de transporte e melhoria da infraestrutura viária local. Promover estudo contínuo e a implementação de novas ferramentas de mobilidade urbana e interestaduais (trem de média e alta velocidade, metrô, transportes aéreos regionais), bem como, soluções de infraestrutura nos entroncamentos entre rodovias federais e estradas municipais, com foco em pontos críticos, incluindo a construção de obras de arte (viadutos), envolvendo a colaboração ativa dos Ministérios da Infraestrutura e viabilizando economicamente os projetos municipais.
PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO
Promover estudo técnico especializado e contínuo para diagnosticar e propor melhorias na mobilidade urbana, com foco em soluções integradas de transporte, infraestrutura viária e acessibilidade universal. Potencializar a utilização do CIMU.